



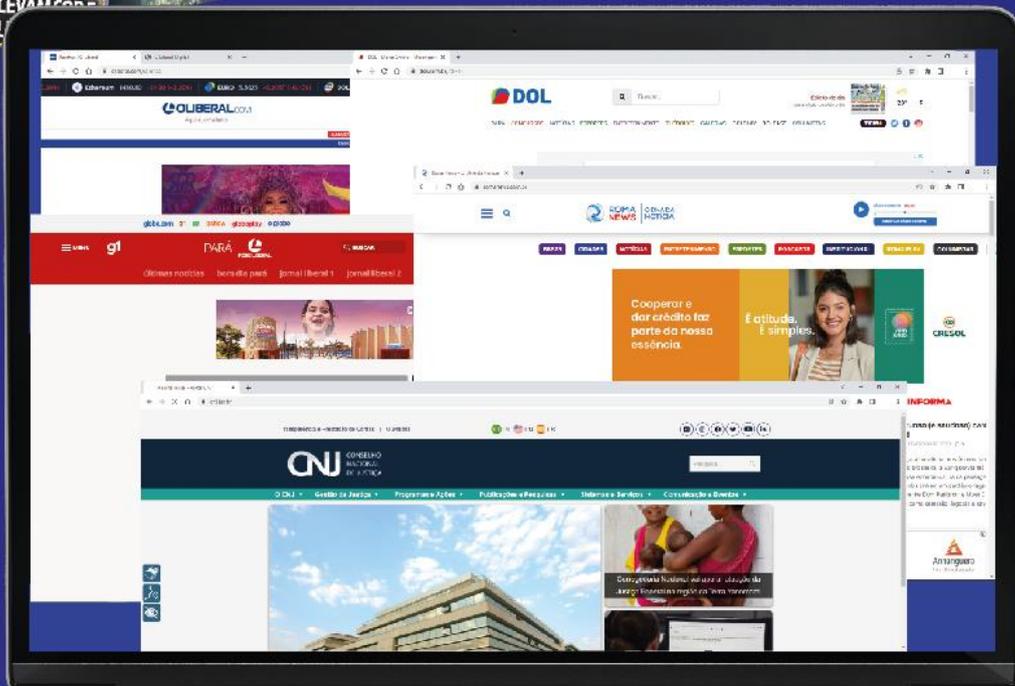
CLIPPING

Sábado e
Domingo
2 e 3 de
Dezembro



SEU BOLSO SALÁRIO MÍNIMO PODE TER REAJUSTE DIA 1º DE MAIO

A informação é do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Ele também destacou a retomada das obras públicas como um impulso para oportunidades de emprego.



DILSON PIMENTEL
Da Redação

A prefeitura de Belém acredita que, até o final deste ano, estará concluído o processo licitatório para a escolha da empresa responsável pela limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos na capital paraense. A concorrência pública para enfrentar o problema do lixo na Região Metropolitana de Belém pretende criar um novo sistema de limpeza urbana, coleta, destinação, tratamento e gestão dos resíduos sólidos da capital. O processo acontece por meio da Secretaria Municipal de Saneamento (Sesan).

A partir da licitação, o parceiro privado terá a responsabilidade de instalar uma nova Central de Tratamento de Resíduos Sólidos, responsável pelas atividades operacionais como coleta, transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento, compostagem e destinação final dos resíduos.

"Ano que vem já começa o consórcio. Nós já teremos aí um serviço melhor, coleta melhor, lixearias na cidade, todo o serviço será mudado", disse o procurador-geral do município de Belém, Gustavo Brasil, em entrevista à imprensa, na manhã de ontem (1º).

"Existe um compromisso nosso de, em 30 dias,

levar o vencedor da licitação para que a gente possa elaborar na Justiça um cronograma, inclusive, de desativação ou de diminuição do que está sendo enviado lá para Marituba", afirmou.

O procurador Evandro Costa, chefe da Procurado-

ria Judicial, também participou dessa entrevista. "No primeiro semestre do ano que vem, deveremos ter novos serviços, que é a primeira etapa da licitação", afirmou. "E, a partir do momento em que tiver o parceiro privado, começará a

LIXO

Prefeitura promete licitação até o fim do ano

NOVELA - A empresa vencedora será responsável pela limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Gestão municipal afirma que população verá melhora já em 2024.



Decisão judicial estendeu funcionamento do aterro sanitário em Marituba por mais 15 meses

decisão da Justiça do Estado do Pará, que acatou o pedido de prorrogação do funcionamento do Aterro Sanitário de Marituba por um prazo de até 15 meses, realizado pelas prefeituras de Belém e Ananindeua e Governo do Estado. Também por decisão anterior da Justiça, o aterro deveria funcionar até quinta-feira (30).

O procurador Gustavo Brasil explicou que o pedido de prorrogação, feito pela Prefeitura de Belém à Justiça, ocorreu basicamente em função da não conclusão do processo licitatório.

MODELO

Sobre essa Parceria Público-Privada, Gustavo Brasil afirmou que esse é um modelo jurídico que tem dado certo em outras capitais. "Tem dado certo aqui em Belém com a iluminação pública. E essa nossa licitação pode atingir outros municípios da região metropolitana e já existe uma proposta de aporte financeiro, inclusive, do Estado do Pará", disse.

A Prefeitura de Marituba afirmou ser contrária à decisão de prorrogação do funcionamento do aterro de Marituba. As atividades do empreendimento foram estendidas por mais 15 meses, na noite de quarta-feira (29), por decisão judicial.

Parceria público-privada prevê instalação de nova Central de Tratamento de Resíduos

construção da nova central de tratamento. A solução ambiental mais adequada, que os técnicos apontam até hoje, é a prorrogação do Aterro Sanitário de Marituba", completou.

Aos jornalistas, eles também falaram sobre a

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Prefeitura deve concluir licitação da coleta do lixo até o final do ano

A Procuradoria-Geral do Município de Belém explicou sobre a decisão judicial que prorrogou o funcionamento do aterro de Marituba por 15 meses e o andamento do processo licitatório para coleta na capital paraense

SANEAMENTO

Trayce Melo

A Prefeitura de Belém realizou uma coletiva de imprensa ontem (01), para esclarecer sobre a decisão da Justiça do Estado do Pará, que acatou o pedido das prefeituras de Belém e Ananindeua, e Governo do Estado, para prorrogação do funcionamento do aterro sanitário de Marituba por mais 15 meses.

“O pedido ocorreu basicamente em função da não conclusão do processo licitatório que a Prefeitura de Belém está promovendo. Esse processo licitatório envolve todo o ciclo do resíduo sólido e especialmente uma nova área para a administração final”, pontuou o procurador-geral do município de Belém, Gustavo Brasil, explicando sobre o processo licitatório para a escolha da empresa a ser responsável pela limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos na capital paraense.

O procurador-geral explicou ainda sobre a parceria público-privada para a destinação dos resíduos sólidos. “É um modelo jurídico que tem dado certo em outras cidades, em outras

capitais, e tem dado certo aqui em Belém. E essa nossa licitação não ganhou um caráter metropolitano, nesse caso ela pode atingir, sim, outros municípios da região metropolitana e já existe uma proposta de aporte financeiro, inclusive do Estado do Pará, para a nossa licitação”, assegura.

“O processo licitatório prevê uma nova área, as empresas estão disputando, inclusive elas têm novas áreas para o produto da destinação final. Nós esperamos, com a conclusão do processo licitatório, que esse problema seja resolvido. Estamos com esperança que até o final do ano já estejamos com esse processo concluído. Nós temos três consórcios, mas na última fase só um consórcio foi habilitado”, esclarece.

O procurador-geral ressalta como irá funcionar a parceria. “O parceiro privado vai ter como responsabilidade todo o ciclo do resíduo da cidade, desde o transporte, da coleta, da valorização, da separação do valor que pode ser reciclado e até a destinação final. Inclusive a recuperação das áreas degradadas, dentre elas, a questão do Aurá”, afirmou.

Quando questionado sobre um possível novo pe-

“

Hoje nós estamos refém dos fatos. Não há outra central de tratamento apta a funcionar. Então a melhor solução ambiental é a prorrogação da central de Marituba. Então a decisão da Justiça nesse aspecto é muito coerente”.

Evandro Costa

Chefe da Procuradoria Judicial



Nova empresa a ser contratada será responsável não só pela coleta nas ruas da cidade, mas também pela destinação final dos resíduos sólidos FOTO: RICARDO AMANAJÁS

dido de prorrogação de uso do aterro de Marituba, o procurador-geral garante que não haverá. “O processo licitatório está na fase final e o que se espera é concluí-lo até o final do ano. Somente depois de conhecer a empresa vencedora é que será possível elaborar um cronograma mais exato para a desativação do aterro de Marituba”, garante.

COERÊNCIA

O chefe da Procuradoria Judicial, Evandro Costa, falou sobre a importância do trabalho exercido pelo Tri-

bunal de Justiça do Estado do Pará. “Hoje nós temos, perante o Tribunal de Justiça do Estado de Pará, um processo que nós chamamos de estruturante. O Tribunal tem exercido um papel muito importante de não apenas jurisdição, mas de decisão, de mediação também, para que uma política pública dessa complexidade possa ser complementada. E hoje nós estamos refém dos fatos. Não há outra central de tratamento apta a funcionar. Então a melhor solução ambiental é a prorrogação da

central de Marituba. Ainda que ela tenha um histórico de problemas, dificuldades, que são muito conhecidos e que vêm sendo trabalhados. Então a decisão da Justiça nesse aspecto é muito coerente”, disse.

Ele também comentou sobre o cenário após o fim da licitação. “Então, quando encerrar a licitação, esta etapa da coleta, ela tem um início quase que imediato. Porque vou encerrar esse contrato emergencial e a nova empresa, em 2 ou 3 meses, vai chegar com os caminhões novos, com a

varrição nova e instalando lixeira na cidade”, especifica. “A expectativa é que em 3 a 6 meses você já tenha esse impacto da licitação na cidade. A destinação final, que é mais complexa, porque depende da construção de um novo aterro sanitário e o que se estima nesses 15 meses, é que talvez não seja viável construir um novo aterro. Mas a empresa [a ser contratada] já vai ver as soluções intermediárias. Talvez fazer uma redução parcial do aterro de Marituba”, conclui.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Retomada do Lixão do Aurá chegou a ser cogitada como alternativa ao então iminente fechamento do Aterro de Marituba

ATERRO DE MARITUBA

Prorrogação do funcionamento EVIDENCIA DANOS SOCIOAMBIENTAIS

RESÍDUOS - Estudos de pesquisadores e análises de especialistas mostram que tanto a reativação do Lixão do Aurá quanto a prorrogação do Aterro de Marituba são prejudiciais à população e ao meio ambiente

“Não há políticas sobre geração de resíduos”

MAIZA SANTOS
Da Redação

“É temerário retomar a atividade de um lixão para receber resíduos de uma grande metrópole”

Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Belém, que vai sediar a COP 30, maior evento da ONU sobre meio ambiente, há

anos enfrenta problemas relacionados ao saneamento básico, assim como os demais municípios da Região Metropolitana. Entre eles, o mais emergente atualmente é a falta de um plano de ação voltado à destinação e tratamento dos resíduos sólidos que são produzidos na RMB. Segundo o engenheiro sanitarista Giovanni Chaves Penner, especialista em hidráulica, saneamento e meio ambiente e professor da Universidade Federal do Pará (UFPA), as duas alternativas existentes atualmente - Aterro de Marituba e Lixão do Aurá - não garantem 100% de segurança e continuam causando danos.

“O aterro, em teoria, deveria ser o local mais adequado para receber os rejeitos, se realmente houver a questão da segurança ambiental. É temerário pensar em reativar ou então retomar a atividade de um lixão para receber resíduos de uma grande metrópole. Se já estavam questionando algumas atividades e problemas que acontecem com a população ao redor do Aterro de Marituba, imagine as consequências em um local que não tem critério nenhum para o descarte. Então, de qualquer maneira, as consequências negativas

e prejudiciais vão existir em ambos”, afirma Giovanni Penner.

O encerramento do Aterro de Marituba já foi adiado quatro vezes - e a última prorrogação vai mantê-lo funcionando até fevereiro de 2025. O local é o destino de aproximadamente 500 mil toneladas de resíduos anualmente, equivalente a cerca de 40 mil toneladas por mês. Estabelecido em 2015 como uma alternativa para substituir o lixão do Aurá, o local já atingiu a capacidade máxima, tornando iminente um colapso ambiental.

“Uma das principais limitações é a questão do espaço físico. Eles já exploraram bastante a área. Outro fato é a questão da proximidade com a comunidade. Já surgiram fatores que foram questionados por muito tempo, como o odor, ruídos, vibrações, doenças e vários outros que os moradores próximos alegam. E, por isso, deveria se pensar se é o mais adequado ou não. Vale lembrar que o aterro passou por um momento ineficiente e teve algumas estruturas de controle que não funcionaram bem, mas é considerado como tal já que tem componentes mínimos de um aterro”, comenta o professor.

Conforme o sanitarista Giovanni Penner, o descarte de resíduos no aterro sanitário se fundamenta basicamente no uso do solo, de camadas de terra que recebem diretamente o lixo. Apesar da técnica ser mais eficiente, acaba ocasionando o contato entre o solo e substâncias como metais pesados, matéria orgânica e inorgânica dissolvida dentre outros contaminantes que podem trazer consequências negativas ao solo. “O que deveria ocorrer é uma melhor administração do lixo pelo poder público, mas hoje Belém não segue nenhuma política sobre geração de resíduos. Não estamos minimizando a produção de mais resíduos, não há políticas. Já deveria ter sido iniciado um processo de segregação no origem. Fazendo isso, já era possível recuperar esse material, que acabou indo parar no aterro sanitário e, automaticamente, contribuindo para problemas às pessoas que convivem ali”, diz o pesquisador. As interferências na saúde humana e o controle da poluição do solo ocorrem por meio do tratamento do chorume, que se não for cuidado acaba contaminando o local onde está, ainda mais no aterro. Na dissertação “Qualidade da Água Subterrânea no Entorno do Aterro Sanitário de Marituba, Pa: Uma Avaliação e Risco à Saúde Humana”, apresentada no Programa de Pós-graduação em Epidemiologia e Vigilância em Saúde do Instituto Evandro Chagas, é apontado que há variação do teor de contaminantes no solo dependendo da quantidade do líquido tóxico. “Para evitar mais poluição por lixo, é recomendado que seja interrompido o armazenamento de chorume na terra, investido na construção de bacias de concreto para armazenar o líquido chorume para proteger o substrato geológico; definir um sistema de tratamento de biviários no aterro”, expõe um trecho do estudo.

Estudo da UFPA aponta efeitos socioambientais negativos

O município de Marituba apresenta aspectos naturais específicos, uma delas é a presença de uma hidrografia que atravessa a extensão territorial. Ela é composta principalmente por diversos igarapés e rios, dentre os principais estão Uruboca, Itapucum e Ananindeua, sendo este último um antigo acesso ao povoado de Marituba.

Um estudo denominado “Análise de crime ambiental praticado por pessoa jurídica no aterro sanitário de Marituba (RMB) e seus impactos socioambientais”, publicado neste ano por pesquisadores da UFPA, aponta vários efeitos socioambientais negativos no meio ambiente da região onde o Aterro de Marituba está instalado. Além disso, a pesquisa, que foi feita com base em vários estudos ao longo de 10 anos, apresenta dados e informações sobre a água dos rios próximos ao local. Tais amostras foram colhidas por meio de análises coordenadas pelos principais órgãos do Estado, como o Ministé-

rio Público do Pará (MPPA) e o Instituto Evandro Chagas (IEC).

“Em fevereiro de 2019, o Instituto Evandro Chagas (IEC) apresentou um relatório ao MPPA, que constatou altos níveis de poluição no meio ambiente de nove áreas vizinhas ao aterro de Marituba, como: Santa Lúcia I, Santa Lúcia II, Albatroz I, Albatroz II, Campina Verde, São João, Almir Gabriel, Beija-Flor e São Pedro. A partir de 2019, o IEC, por solicitação do MPPA, realizou uma análise de corpos hídricos ao redor e a jusante da Central de Processamento e Tratamento de Resíduos de Marituba (CPTIR) com destaque para corpos hídricos do igarapé Urubocuinha, e o IEC emitiu o Parecer Técnico (0028696108)”, diz um trecho da pesquisa que se refere à análise solicitada pelo MP.

Essa análise foi realizada em setembro de 2022 e mostrou altos níveis de mercúrio, arsênio e benzeno nas águas. Segundo dados da OMS, o arsênio é “altamente tó-

sico” e os efeitos da exposição prolongada incluem “lesões na pele, neuropatia periférica, sintomas gastrointestinais, diabetes, doenças cardiovasculares, toxicidade no desenvolvimento e câncer de pele e órgãos internos”. Também indica que estudos técnico-científicos relatam que a exposição crônica ao arsênio em água potável pode ser prejudicial à saúde, podendo ocasionar hiperpigmentação, queratose (endurecimento da pele) e câncer de pele.

Por conta disso, o MPPA recomendou à Guamá Tratamento de Resíduos e à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado (Semas) medidas emergenciais de enfrentamento à contaminação. O corpo hídrico tributário do igarapé Urubocuinha é usado pela comunidade quilombola do Abiscail para recreação e consumo. Na Recomendação, tem a informação da existência de relatos dos comunitários sobre o desaparecimento de espécies de peixes, afetando os serviços ambientais.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Lixão do Aurá "continua recebendo entulhos de degradando o meio ambiente", destaca Giovanni Penner



Giovanni Penner: "Todos os compartimentos podem ser contaminados quando não há o devido cuidado"

"O Aurá nunca foi encerrado", denuncia Giovanni Penner

MAIZA SANTOS
Da Redação

A data exata para o surgimento do Lixão do Aurá, localizado em Ananindeua, não existe. Ele começou a funcionar no fim da década de 1980 e recebia, inicialmente, apenas os resíduos domésticos descartados por Belém. "O Aurá teve um controle gerencial, mas nunca teve efetivamente o tratamento disso. Ele ainda tinha alguns equipamentos para tratar o chorume e os gases, mas nunca foram usados. O pior de tudo, a área foi explorada por muito anos e não há a dimensão exata dela, não há um mapa do lixão que mostre o verdadeiro local onde os materiais foram descartados. Não tem informações de quantidade de material depositado, nem profundidade e nem quando terminou. Não há documentação", informa o sanitarista Giovanni Penner.

Segundo o professor, desde o início até o "fechamento oficial", em 2015, o Lixão do Aurá acumulou problemas. "Acompanhei estudos feitos por colegas que tratavam sobre as águas subterrâneas e superficiais próximas ao lixão. Em todos foram apresentadas alterações. Inclusive, chegaram a discutir um potencial impacto na captação de água feita pela Cosampa no Rio Guamá. Mas, por falta de estrutura e segurança no local (lixão), não tiveram como prosseguir com os levantamentos", explica Penner.

Conforme o professor, uma atividade poluidora de grandes proporções como foi o Lixão deve ter causado prejuízos ao meio ambiente maiores do que se pode estudar atualmente. "Usar novamente o lixão é aumentar as substâncias poluidoras que já existem lá. Piorar a situação da água, ar solo e tudo mais. Fora isso, essas substâncias podem ser levadas pelo vento, como vemos a questão do odor, semelhante ao que acontece no Aterro de Marituba. A verdade é que o Aurá nunca foi encerrado. Em teoria, ele foi fechado em 2015, para iniciar o Aterro de Marituba, mas ele continua recebendo entulhos e degradando o meio ambiente".

O especialista apontou quais doenças que ainda podem ser transmitidas devido aos danos causados pelo Lixão. "O contato direto pode causar problemas de pele, de contaminação e outras. Já as doenças, estão sujeitos a males de veiculação hídrica, doenças associadas aos vetores rato e barata, aves que apareçam lá, doenças relacionadas à exposição dos ambiente e até mesmo o câncer", lista Giovanni Penner.

Pela determinação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), todos os lixões do país deveriam ter sido fechados até 2 de agosto de 2014. Porém, a desativação oficial do Aurá ocorreu apenas em 5 de julho de 2015, aproximadamente um ano após a data limite.

Professor da UFPA aponta impactos adversos causados por gases tóxicos

O principal efeito resultante do manejo inadequado dos resíduos sólidos, que afetam a qualidade do ar, estão associados à emissão de gases poluentes e à presença de material particulado. Entre as maiores fontes de emissão desses compostos estão o aterro sanitário, indústria e veículos. Os impactos adversos que estariam ligados à qualidade do ar fazem parte das reclamações dos moradores da área do aterro de Marituba que, diversas vezes, expressaram indignação com a permanência do empreendimento no local.

Para o professor Giovanni Penner, os impactos relacionados aos gases tóxicos produzidos são inúmeros. "Todos os compartimentos podem ser contaminados quando não há o devido cuidado. Seja o solo, o ar, a água ou a água subterrânea. Além disso, esses compostos contribuem significativamente para a má qualidade do ar. Isso pode prejudicar quem vive em torno do aterro sanitário, dessa maneira é importante tratar e pensar sobre soluções práticas que levem em consideração cada uma das especificidades das problemáticas envolvendo o aterro e o lixão", declara.

No mês de setembro deste ano, em uma reunião convocada pela promotora de Justiça de Marituba, Eliane Moreira, do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), foi apresentado o resultado parcial de um estudo realizado nas proximidades do Aterro Sanitário de Marituba. A pesquisa intitulada "Avaliação da Concentração de Gases Tóxicos e Odores nas redondezas do aterro sanitário de Marituba", que foi feita por profissionais da UFPA, indicou que "os valores dos gases metano (CH₄) e sulfídrico (H₂S) encontrados nas adjacências do aterro estão acima do nível regular da atmosfera. Segundo os autores da análise, isso teria re-

lação direta com a proximidade do local de descarte de lixo".

RESPOSTA

Em referência à matéria publicada na última sexta-feira (1), acerca da análise feita pelo pesquisador André Farias, do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (UFPA), sobre a decisão judicial prorrogando o funcionamento do local por mais 15 meses (até fevereiro de 2025), inclusive, alertando para riscos ambientais e sociais, caso o Aterro não seja monitorado pelas partes envolvidas na destinação de resíduos sólidos da RMB, a empresa Guamá Tratamento de Resíduos afirmou:

"O Aterro Sanitário de Marituba não apresenta riscos à saúde das pessoas ou ao meio ambiente. Para manter suas atividades, a unidade passou por todos os estudos e licenciamentos ambientais, cumpre todas as legislações vigentes desde a sua implantação, realiza o monitoramento contínuo de suas operações e é periodicamente fiscalizado pela Semas".

Segundo a empresa gestora do espaço, "o Aterro tem a função de isolar os resíduos sólidos despejados no empreendimento de qualquer contato com o meio exterior (águas, solo e ar) ou vida humana", diz. "A Guamá garante a disposição e tratamento adequado dos resíduos, evitando impactos ao meio ambiente e a disseminação de doenças. Para tanto, o Aterro conta com todo um parque tecnológico com infraestrutura de padrão internacional, com Estação de Tratamento de Efluentes, Termelétrica e Usina de Biogás", finaliza a nota.

A reportagem solicitou posicionamento da Prefeitura de Belém, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br


HABEAS DATA
 Raul Luiz Ferraz Filho


Use a câmera do seu celular para acessar o conteúdo multimídia.

ENERGIA

● O videocast HABEAS DATA entrevistou o Diretor Presidente da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica - ABCE, o advogado Alexei Macorin Vivan que falou sobre o sistema elétrico interligado brasileiro, os benefícios desse sistema, e abordou o aumento das tarifas de energia elétrica bem como os subsídios que sobrecarregam os preços da energia. Explicou também sobre a descarbonização e a pauta verde da atividade industrial e fez uma projeção de como as novas tecnologias influenciam na geração eólica e solar de energia elétrica.



Videocast Habecas data trouxe Alexei Macorin para falar sobre o sistema elétrico brasileiro e os desafios de modernização do setor

ELEIÇÃO

● A ANOREG Associação dos Notários e Registradores do Pará e a ARPEN-PA Associação dos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais do Estado do Pará realizaram no último dia 28 eleição para suas diretorias. Para presidência da Anoreg foi eleita a Oficiala Moema Locatelli Belluzzo e 1ª Vice-Presidente a Oficiala Vanesa Menezes Duarte. Para a diretoria da ARPEN-PA foi eleito Presidente o Oficial Conrado Rezende Soares e Vice-Presidente a Tabeliã Maria Dolores Fonseca. Para a presidente reeleita da Anoreg, Moema Locatelli Belluzzo, a sensação é de dever cumprido e por isso se sente honrada para continuar um novo mandato para o biênio 2024/26. A presidente da Arpen-Pa Fabiola Queiroz, agradeceu o trabalho e parceria de todos e especialmente do presidente eleito, Conrado Rezende.



Associações de Notários e de Registradores Cíveis escolheram suas novas diretorias que atuarão no biênio 2024/26

MINUTA

● É considerado segurado obrigatório na categoria de empregado, aquele que presta serviço no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a elas subordinados, ou a membros dessas missões e repartições, excluídos o não brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular.

1ª Região (TRF1), por maioria, manteve a condenação de uma mulher acusada de apresentar documento particular falso consistente em petição inicial contendo a assinatura de um advogado.

● Um trabalhador rural teve reconhecida a rescisão indireta do contrato de trabalho por trabalhar exposto a agentes nocivos à saúde, sem as medidas de proteção previstas na legislação. Asentença é do juiz Marcelo Soares Viegas, exarada no período em que atuou na 6ª Vara do Trabalho de Uberlândia (MG). No entendimento do magistrado, a empregadora, uma empresa do ramo da agroindústria, cometeu falta grave o suficiente para inviabilizar a continuidade do vínculo de emprego.

● Seu objetivo era ingressar com uma ação de benefício previdenciário contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para uma terceira pessoa. Além de a assinatura falsificada, a ré também se passou como advogada inscrita na OAB, embora, na ocasião, ela estivesse inscrita nos quadros da Ordem somente como estagiária.

● Estagiária é condenada por falsificar assinatura de advogado em petição. Essa foi a decisão da 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da

● A 3ª Turma do STJ reafirmou o entendimento de que, como regra, os depósitos bancários em nome de pessoas jurídicas que operam com finalidade empresarial não estão protegidos pela impenhorabilidade. O colegiado também reforçou que, conforme já decidido, a impenhorabilidade, nos casos legais, é presumida, cabendo ao credor demonstrar a má-fé, o abuso de direito ou a fraude para que a regra seja excepcionada.

Colaboração Prof.
Jaciel Papaléo Paes

EDIÇÃO: CLÁUDIO DARWICH

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lfmcosta@gmail.com

BELÉM SEDIA FÓRUM QUE DEBATEU DESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO E DO MP

Belém sediou esta semana a segunda edição do Fórum sobre os Desafios Atuais para o Poder Judiciário e o Ministério Público, no Hangar. Promovido pela OEA e pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), o fórum promove a cooperação acadêmica entre as instituições jurídicas brasileiras, Escolas de

magistratura e do MP, bem como entidades associativas brasileiras, para o diálogo e de troca de experiências jurídicas nos países das Américas. A abertura do evento contou com a presença do desembargador Alex Pinheiro Centeno (foto), que compôs a mesa solene, junto às demais autoridades dos países participantes e da OEA.



Violência contra Mulher: faturas trarão números para denúncias

O governador Helder Barbalho sancionou, recentemente, o projeto da deputada estadual Diana Belo (foto), do MDB, que determina que as concessionárias de serviços públicos de fornecimento de água, energia elétrica e de gás, no Pará, divulguem em suas faturas os números para denúncias de violência contra a mulher, no âmbito doméstico-familiar. Pela Lei Nº 10.168, devem constar nas faturas os números da Central de Atendimento



à Mulher (Disque 180) e, opcionalmente, o número da Polícia Militar (Disque 190).

Doutora em Direito participa de solenidade de 141 anos do CBM

A professora Eliana Franco, doutora em Direito e professora do curso de mestrado em Direito da Universidade Federal do Pará (UFPA) participou da solenidade de 141 anos do Corpo de Bombeiros Militar e da formatura dos 327 novos praças da corporação, cerimônia ocorrida no último dia 24/11. Na foto, a jurista está ao lado do governador Helder Barbalho. Eliana é doutora em Direitos



Humanos e pesquisadora em Direito Previdenciário autora de várias obras em ambas as áreas.

Giussepp Mendes convidado para evento da LIDE Global em São Paulo

O advogado Giussepp Mendes foi convidado a participar do Seminário Justiça, que ocorre dia 7, em São Paulo. Com painéis de discussão sobre a corrupção, o evento promovido pela LIDE Global trará nomes como Rodrigo Garcia, José Eduardo Cardoso, Fernando Capez e Ivana David. A temática do Painel 1 é "Formas no combate a corrupção pública e privada no Brasil"; e do Painel 2 é "A diferença na abordagem criminal e administrativa da corrupção". Na foto Mendes aparece ao lado do empresário João Dória, presidente da LIDE.

Defensoria Pública do Estado comemora marca de 2 milhões de atendimentos

Transparência: MPPA ganha Selo Diamante do PNT

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) recebeu o selo "Diamante" pelo Programa Nacional de Transparência Pública (PNT), promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) pelo desempenho na disponibilização de informações à sociedade. A conquista é resultado de um índice de

transparência de 96,52%, um aumento significativo de mais de 17% em comparação à avaliação do ano de 2022, situando-se acima da média de 85,68% dos Ministérios Públicos de todo o Brasil. A performance foi comemorada pelo Procurador Geral de Justiça, César Mattar Jr. (foto).



O defensor público geral do Estado do Pará, João Paulo Léo (foto) prepara evento para comemorar uma marca histórica. De janeiro a dezembro deste ano, a Defensoria Pública vai somar 2 milhões de atendimentos. Esse número se deve em grande parte à expansão dos serviços rumo aos municípios do interior paraense e às ações itinerantes.





MAURO BONNA

Baixe gratuitamente,
o aplicativo do Mauro Bonna



@maurobonna /programaargumento negocios@maurobonna.com.br • PODCAST: "O resumo semanal com Mauro Bonna" Disponível na Apple e Spotify

Cartório

A oficial e tabeliã Moema Locatelli Belluzzo foi reeleita, por aclamação, presidente da Associação dos Notários e Registradores do Pará - Anoreg/PA, para o triênio 2024-2026. No próximo ano, investirá em formação, em parceria com universidades e escolas de governo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Crise do lixo na futura sede da COP: Após várias suspensões, Prefeitura de Belém promete concluir licitação de limpeza e destinação de resíduos ainda em dezembro

Edital está suspenso por ordem do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), de Brasília. Prefeitura de Belém recorreu e espera que a decisão seja revertida e a licitação concluída.

Por g1 Pará — Belém
01/12/2023 20h21 · Atualizado há 2 dias



Coleta de Lixo em Belém. — Foto: Agência Belém

A Prefeitura de [Belém](#) prometeu nesta sexta-feira (1º) que **até o fim deste mês de dezembro a licitação dos serviços de limpeza e gestão de resíduos será concluída**. O edital está suspenso por ordem do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), de Brasília.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

"O processo licitatório está na fase final e o que se espera é concluí-lo até o final do ano. Somente depois de conhecer a empresa vencedora é que será possível elaborar um cronograma mais exato para a desativação do aterro de [Marituba](#)".

A declaração foi dada por Gustavo Brasil, procurador-geral do município, durante coletiva de imprensa, no auditório da Prefeitura de Belém. Segundo o procurador, dentro de 30 dias, um plano de desativação do Aterro Sanitário de Marituba deve ser apresentado à Justiça.

"Esse modelo (Parceria Público Privada) prevê todo o ciclo da destinação dos resíduos sólidos e nele está contemplado uma série de ações, que vão desde a coleta dos resíduos, até a separação e o local para destinação final", afirmou Gustavo.

Entre as responsabilidades que a empresa que vencer a licitação terá que assumir estão: coleta regular nas ilhas e praias do município, estação de transferência, instalação de ecopontos em funcionamento regular e fixo, inserção dos catadores de material reciclável, criação de uma central de recicláveis, um novo aterro sanitário bioenergético.

Várias suspensões

Desde o lançamento, a licitação para escolha de empresa prestadora de serviços de coleta, manejo e distribuição do lixo passou por várias suspensões, sendo a primeira em julho e a última em novembro.

O procurador do município, Evandro Costa, disse que o processo licitatório estava na reta final, mas não foi concluído, com a sessão de abertura dos envelopes, por causa de uma decisão da Justiça Federal, em Brasília.

"A licitação está suspensa para que o autor dessa ação popular apresente seus fundamentos em relação à necessidade de suspender a licitação. O município cumpriu a decisão, não realizou a abertura dos envelopes e já recorreu e acredita que, em breve, será revertida e a licitação concluída", afirma.

Mais uma prorrogação

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A Justiça do Pará prorrogou na quarta-feira (29) o funcionamento do aterro sanitário de Marituba até 28 de fevereiro de 2025. A determinação atende um pedido dos municípios de Belém e [Ananindeua](#) e Governo do Estado [apresentado na tarde de quarta](#).

O aterro tinha prazo para funcionar até esta quinta-feira (30), [após ter a operação prorrogada em agosto de 2023](#). Pelo projeto original, o local já teria esgotado sua capacidade de funcionamento.

Como alternativa ao fechamento e antes do pedido de prorrogação, a prefeitura de Belém, cidade sede da COP 30, levantou a [possibilidade de reativar um lixão](#).

Na decisão de acatar o pedido de prorrogação do funcionamento do aterro sanitário, o desembargador relator Luiz Gonzaga da Costa Neto, da 2ª Turma de Direito Público, obriga que a empresa Guamá Tratamento de Resíduos mantenha o recebimento de resíduos sólidos pelo período adicional de até mais 15 meses.

“Produza desde já, imediatamente, seus efeitos jurídicos e legais, com o objetivo de prorrogar as operações de recebimento e tratamento de resíduos sólidos a fim de atender à Região Metropolitana de Belém”, diz o documento.



'Aterro Sanitário de Marituba': empreendimento está localizado em Santa Lúcia, um dos 20 bairros de Marituba.
— Foto: Adelson Albernás/TV Liberal

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Aterro de Marituba

A Central de Processamento e Tratamento de Resíduos de Marituba (CPTR) foi aberta oficialmente em 25 de junho de 2015. A área de 100 hectares ficou responsável por receber o lixo de três municípios da Região Metropolitana: Belém, Ananindeua e Marituba.



'Aterro Sanitário de Marituba': vista aérea de todo o empreendimento. — Foto: Adelson Albernás/TV Liberal

A fase de avaliação e estudo do aterro iniciou entre 2012 e 2013. A licença de operação saiu em 2014, com início das atividades em 2015, em Santa Lúcia, um dos 20 bairros de Marituba.

O aterro de Marituba recebe aproximadamente 480 mil toneladas de resíduos por ano. São cerca de 40 mil por mês, algo em torno de 1.300 por dia.

Belém corresponde a quase 75% dos resíduos, Ananindeua com cerca de 20% e Marituba com aproximadamente 5%. Há também uma pequena quantidade de clientes privados.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Aterro de Marituba: Prorrogação do prazo para fechamento evidencia danos socioambientais

Pesquisadores, especialistas e estudos mostram que tanto a reativação do lixão quanto a prorrogação do Aterro de Marituba se mostram prejudiciais à população e ao meio ambiente



O Liberal
03.12.23 7h15



Na última semana, com a aproximação do encerramento das atividades do Aterro de Marituba, a prefeitura de Belém cogitou voltar a usar o Lixão do Aurá para armazenamento dos detritos descartados pela capital paraense, Ananindeua e Marituba. No entanto, na véspera do fim do prazo, a data limite para o uso do local foi novamente prorrogada por mais 15 meses de funcionamento. Contudo, pesquisadores, especialistas e estudos mostram que tanto a reativação do lixão quanto a prorrogação do Aterro de Marituba se mostram prejudiciais à população e ao meio ambiente, além de ir contra o que diz o Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

PUBLICIDADE

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Lixão do Aurá (Imagem: Edenilton Marques / Tv Liberal)

Belém, que vai sediar a COP 30, maior evento da ONU sobre meio ambiente, e os demais municípios da Região Metropolitana há anos enfrentam problemas relacionados ao saneamento básico. Entre eles, o mais emergente atualmente é a falta de um plano de ação voltado a destinação e tratamento dos resíduos sólidos que são produzidos na RMB. Segundo o engenheiro sanitário Giovanni Chaves Penner, especialista em hidráulica, saneamento e meio-ambiente e professor da Universidade Federal do Pará, as duas alternativas existentes atualmente - Aterro Sanitário e Lixão do Aurá - não garantem 100% de segurança e continuam causando danos.

“O aterro, em teoria, deveria ser o local mais adequado para receber os rejeitos, se realmente houver a questão da segurança ambiental. É temerário pensar em reativar ou então retomar a atividade de um lixão para receber resíduos de uma grande metrópole. Se já estavam questionando algumas atividades e problemas que acontecem com a população ao redor do aterro de Marituba, imagine as consequências em um local que não tem critério nenhum para o descarte. Então,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

de qualquer maneira, as consequências negativas e prejudiciais vão existir em ambos”, afirma Giovanni Penner.



Aterro de Marituba (Imagem: Thiago Gomes)

O encerramento do Aterro de Marituba tem sido continuamente adiado. O local é o destino de aproximadamente 500 mil toneladas de resíduos anualmente, equivalente a cerca de 40 mil toneladas por mês. Estabelecido em 2015 como uma alternativa para substituir o lixão do Aurá, o local já atingiu a capacidade máxima tornando iminente um colapso ambiental.

“Uma das principais limitações é a questão do espaço físico. Eles já exploraram bastante a área. Outro fato é a questão da proximidade com a comunidade. Já surgiram fatores que foram questionados por muito tempo, como o odor, ruídos, vibrações, doenças e vários outros que os moradores próximos alegam. E, por isso, deveria se pensar se é o mais adequado ou não. Vale lembrar que o aterro passou por um momento ineficiente e teve algumas estruturas de controle que não funcionaram bem, mas é considerado como tal já que tem componentes mínimos de um aterro”, comenta o professor.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Giovanni Chaves Penner (Imagem: Ivan Duarte / O Liberal)

Problemas hídricos

O município de Marituba apresenta aspectos naturais específicos, uma deles é a presença de uma hidrografia que atravessa a extensão territorial. Ela é composta principalmente por diversos igarapés e rios, dentre os principais estão: Uriboça, Itapecuru e Ananindeua, sendo este último um antigo acesso ao povoado de Marituba.

Um estudo denominado “Análise de crime ambiental praticado por pessoa jurídica no aterro sanitário de Marituba (RMB) e seus impactos socioambientais”, publicado em 2023 por pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA), aponta vários efeitos socioambientais negativos no meio ambiente da região onde o Aterro de Marituba está instalado. Além disso, a pesquisa, que foi feita com base em vários estudos ao longo de 10 anos, apresenta dados e informações sobre a água dos rios próximos ao local. Tais amostras foram colhidas por meio de

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

análises coordenadas pelos principais órgãos do Estado, como o Ministério Público do Pará (MPPA) e o Instituto Evandro Chagas (IEC).

“Em fevereiro de 2019, o Instituto Evandro Chagas (IEC) apresentou um relatório ao MPPA, que constatou altos níveis de poluição no meio ambiente de nove áreas vizinhas ao aterro de Marituba, como: Santa Lúcia I, Santa Lúcia II, Albatroz I, Albatroz II, Campina Verde, São João, Almir Gabriel, Beija-Flor e São Pedro. A partir de 2019, o IEC, por solicitação do MPPA, realizou uma análise de corpos hídricos ao redor e a jusante da Central de Processamento e Tratamento de Resíduos de Marituba (CPTR) com destaque para corpos hídricos do igarapé Uriboquinha, e o IEC emitiu o Parecer Técnico (0028696108)”, diz um trecho da pesquisa que se refere à análise solicitada pelo MP.

Essa análise foi realizada em setembro de 2022 e mostrou altos níveis de mercúrio, arsênio e benzeno nas águas. Segundo dados da OMS, o arsênico é “altamente tóxico” e os efeitos da exposição prolongada incluem “lesões na pele, neuropatia periférica, sintomas gastrointestinais, diabetes, doenças cardiovasculares, toxicidade no desenvolvimento e câncer de pele e órgãos internos”. Também indica que estudos técnico-científicos relatam que a exposição crônica ao arsênio em água potável pode ser prejudicial à saúde, podendo ocasionar hiperpigmentação, queratose (endurecimento da pele) e câncer de pele.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Vista aérea do aterro sanitário de Marituba (Foto: Divulgação)

Por conta disso, o MPPA recomendou à Guamá Tratamento de Resíduos e à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado (Semas) medidas emergenciais de enfrentamento à contaminação. O corpo hídrico tributário do igarapé Uriboquinha é usado pela comunidade quilombola do Abacatal para recreação e consumo. Na Recomendação, tem a informação da existência de relatos dos comunitários sobre o desaparecimento de espécies de peixes, afetando os serviços ambientais.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Lixão do Aurá (Imagem: Edenilton Marques / Tv Liberal)

Contaminação do Solo

Conforme o sanitarista Giovanni Penner, o descarte de resíduos no aterro sanitário se fundamenta basicamente no uso do solo, de camadas de terra que recebem diretamente o lixo. Apesar da técnica ser mais eficiente, acaba ocasionando o contato entre o solo e substâncias como metais pesados, matéria orgânica e inorgânica dissolvida dentre outros contaminantes que podem trazer consequências negativas ao solo.

“O que deveria ocorrer é uma melhor administração do lixo pelo poder público, mas hoje, Belém não segue nenhuma política sobre geração de resíduos. Não estamos minimizando a produção de mais resíduos, não há políticas. Já deveria ter sido iniciado um processo de segregação na origem. Fazendo isso, já era possível recuperar esse material, que acaba indo parar no aterro sanitário e, automaticamente, contribuindo para problemas às pessoas que convivem ali”, diz o pesquisador.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

As interferências na saúde humana e o controle da poluição do solo ocorrem por meio do tratamento do chorume, que se não for cuidado acaba contaminando o local onde está, ainda mais no aterro. Na dissertação “Qualidade da Água Subterrânea no Entorno do Aterro Sanitário de Marituba, Pa: Uma Avaliação e Risco à Saúde Humana”, apresentada no Programa de Pós-graduação em Epidemiologia e Vigilância em Saúde do Instituto Evandro Chagas, é apontado que há variação do teor de contaminantes no solo dependendo da quantidade do líquido tóxico.

“É bastante comum que os poluentes migrem verticalmente no solo e não lateralmente. Sendo assim, para evitar mais poluição por lixo, é recomendado que seja interrompido o armazenamento de chorume na terra; investido na construção de bacias de concreto para armazenar o líquido chorume para proteger o substrato geológico; definir um sistema de tratamento de lixiviados no aterro”, expõe um trecho do estudo.



Aterro de Marituba (Foto: Thiago Gomes / O Liberal)

Gases Tóxicos

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O principal efeito resultante do manejo inadequado dos resíduos sólidos, que afetam a qualidade do ar, estão associados à emissão de gases poluentes e à presença de material particulado. Entre as maiores fontes de emissão desses compostos estão o aterro sanitário, indústria e veículos. Os impactos adversos que estariam ligados a qualidade do ar fazem parte das reclamações dos moradores da área do aterro de Marituba que, diversas vezes, expressaram indignação com a permanência do empreendimento no local.

Para o professor Giovanni Penner, os impactos relacionados aos gases produzidos são inúmeros. “Todos os compartimentos podem ser contaminados quando não há o devido cuidado. Seja o solo, o ar, a água ou a água subterrânea. Além disso, esses compostos contribuem significativamente para a má qualidade do ar. Isso pode prejudicar quem vive em torno do aterro sanitário, dessa maneira é importante tratar e pensar sobre soluções práticas que levem em consideração cada uma das especificidades das problemáticas envolvendo o aterro e o lixão”, declara.

No mês de setembro deste ano, em uma reunião convocada pela promotora de Justiça de Marituba, Eliane Moreira, do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), foi apresentado o resultado parcial de um estudo realizado nas proximidades do Aterro Sanitário de Marituba. A pesquisa intitulada “Avaliação da Concentração de Gases Tóxicos e Odoríferos nas redondezas do aterro sanitário de Marituba”, que foi feita por profissionais da UFPA, indicou que “os valores dos gases metano (CH₄) e sulfídrico (H₂S) encontrados nas adjacências do aterro estão acima do nível regular da atmosfera. Segundo os autores da análise, isso teria relação direta com a proximidade do local de descarte de lixo”.

O Lixão do Aurá

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Lixão do Aurá (Imagem: Edenilton Marques / Tv Liberal)

A data exata para o surgimento do Lixão do Aurá, localizado em Ananindeua, não existe. Ele começou a funcionar no final da década de 1980 e recebia, inicialmente, apenas os resíduos domésticos descartados por Belém.

“O Aurá teve um controle gerencial, mas nunca teve efetivamente o tratamento disso. Ele ainda tinha alguns equipamentos para tratar o chorume e os gases, mas nunca foram usados. O pior de tudo, a área foi explorada por muito anos e não há a dimensão exata dela, não há um mapa do lixão que mostre o verdadeiro local onde os materiais foram descartados. Não tem informações de quantidade de material depositado, nem profundidade e nem quando terminou. Não há documentação”, informa o sanitarista Giovanni Penner.

Segundo o professor, desde o início até o ‘fechamento oficial’, em 2015, o Lixão do Aurá acumulou problemas. “Acompanhei estudos feitos por colegas que tratavam sobre as águas subterrâneas e superficiais próximas ao lixão. Em todos foram apresentadas alterações. Inclusive, chegaram a discutir um potencial impacto na captação de água feita pela Cosanpa no Rio Guamá. Mas por falta

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

de estrutura e segurança no local (lixão), não tiveram como prosseguir com os levantamentos”, explica Penner.

Conforme o professor, uma atividade poluidora de grandes proporções como foi o Lixão deve ter causado prejuízos ao meio ambiente maiores do que se pode estudar atualmente. “Usar novamente o lixão é aumentar as substâncias poluidoras que já existem lá. Piorar a situação da água, ar solo e tudo mais. Fora isso, essas substâncias podem ser levadas pelo vento, como vemos a questão do odor, semelhante ao que acontece no Aterro de Marituba. A verdade é que o Aurá nunca foi encerrado. Em teoria, ele foi fechado em 2015, para iniciar o Aterro de Marituba, mas ele continua recebendo entulhos e degradando o meio ambiente”.



Giovanni Penner (Imagem: Ivan Duarte / O Liberal)

O especialista apontou quais doenças que ainda podem ser transmitidas devido aos danos causados pelo Lixão. “O contato direto pode causar problemas de pele, de contaminação e outras. Já as doenças, estão sujeitos a males de veiculação hídrica, doenças associadas aos vetores rato e barata, aves que

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

apareçam lá, doenças relacionadas à exposição dos ambiente e até mesmo o câncer”, lista Giovanni Penner.

Pela determinação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), todos os lixões do país deveriam ter sido fechados até 2 de agosto de 2014. Porém, a desativação oficial do Aurá ocorreu apenas em 5 de julho de 2015, aproximadamente um ano após a data limite.

A Redação Integrada de O Liberal solicitou nota da Guamá Tratamento de Resíduos e da Prefeitura de Belém e não obteve retorno até o fechamento da matéria.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br